POSITIVISMO "VERSUS" TEORIA CRÍTICA
– Em torno do debate entre Karl Popper e Theodor Adorno acerca do método das ciências sociais

*Túlio Velho Barreto**

Em seu Congresso de 1961, a Sociedade de Sociologia Alemã promoveu um debate em torno do positivismo e da dialética como modelos explicativos nas ciências sociais. Assim, sob a mediação de Ralf Dahrendorf e outros, Karl Popper, considerado, às vezes, não sem controvérsias, influenciado pelos membros do Círculo de Viena – mas, certamente, um pensador bastante lido e discutido por eles –, expôs suas teses acerca da lógica das ciências sociais. Naquela ocasião, coube a Theodor Adorno, representante da Escola de Frankfurt e, ao lado de Max Horkheimer, um dos formuladores da "teoria crítica", oferecer uma réplica àquelas teses tendo como ponto de partida a dialética. Em seguida, surgiu uma série de comentários sobre o tema, além dos que foram feitos durante o evento e publicados na forma de livro, o que bem demonstra a sua relevância. Tal, aliás, foi ressaltado, entre nós, por exemplo, em Marcondes (1998, p. 265), quando este lembra a importância da "polêmica dos frankfurtianos com Karl Popper, nos anos 60, em torno da caracterização da racionalidade científica", e em Freitag (1986, p. 43-52), que destaca as contribuições que se seguiram ao debate, em

---

* Túlio Velho Barreto é pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e doutorando em Sociologia na UFPE.
Agradeço a Cynthia Hamlin e a Anatailde Crêspo. À primeira, pelos comentários e sugestões oferecidos quanto ao conteúdo, e à segunda, quanto à forma. Contudo, os deslizes e equívocos que permaneceram são de minha inteira responsabilidade.

particular as de Herbert Marcuse, de Jürgen Habermas e do próprio Adorno.

É do conteúdo de tal debate que trata este artigo. Assim, aqui é abordado o pensamento de Popper, contido naquelas teses, e o de Adorno, consubstanciado na teoria crítica, como disse, e em suas próprias formulações da "dialética do esclarecimento" (1947) e da "dialética negativa" (1965) – esta última desenvolvida após o debate. Não se trata de discutir amplamente os dois autores, dada a vasta obra produzida por cada um deles, mas de trazer à tona aspectos pontuais expostos durante a polêmica provocada por seus trabalhos e dos comentadores. Para tanto, além de tratar da exposição de Popper (1978*a*, p. 13-34) e da réplica de Adorno (1986, p. 46-61), utilizam-se, aqui, os comentários complementares feitos *a posteriori* por ambos (Adorno, 1983*a*, p. 209-257; Popper, 1978*b*, p. 35-49). Ainda nesse sentido, faz-se necessário uma referência a Freitag (*op. cit.*), que dedica uma seção de seu livro sobre a Escola de Frankfurt a tratar especificamente daquele debate, bem como ao comentário de Habermas sobre o mesmo (1983, p. 277-312).[1] No final deste texto, pode-se verificar a bibliografia complementar utilizada.

Por fim, o texto está organizado da seguinte forma: a primeira e a segunda seções tratam das teses de Popper e da réplica de Adorno, mas também do contexto em que foram formuladas as idéias originais desses autores e das escolas que eles representam ou às quais são associados; na terceira e última, à guisa de conclusão, são expostos e discutidos os comentários posteriores de ambos acerca do tema.

[1] Os dois primeiros textos, a conferência de Popper e os comentários de Adorno, foram publicados originalmente em 1962, ano seguinte à realização do debate. Já o segundo de Adorno é de 1969, enquanto o de Popper é de 1970. Finalmente, o texto de Habermas é de 1969. Tais datas correspondem às primeiras edições em alemão. Aqui, como se indica acima, foram utilizadas as edições brasileiras, devidamente identificadas.

1. Popper: do Círculo de Viena à lógica das ciências sociais

Antes de deter-me especificamente nas teses de Popper, creio ser relevante destacar alguns aspectos relacionados àquele autor, em especial ao diálogo que ele manteve com os membros do Círculo de Viena. Dentre outras razões, tal procedimento parece razoável – talvez prudente – na medida em que alguns consideram que Popper foi influenciado pelas (ou influenciou as) idéias daquele grupo. Começo, portanto, referindo-me *en passant* ao Círculo de Viena e ao "positivismo lógico", pois já tratei deles, mais detalhadamente, em outro artigo (Barreto, 1999).

1.1 Popper e o positivismo lógico do Círculo de Viena

O Círculo de Viena ganhou notoriedade a partir da divulgação do Manifesto *A Concepção Científica do Mundo*, de 1929, subscrito por Hans Hahn, Otto Neurath e Rudolf Carnap, onde "a rigorosa eliminação da metafísica do domínio do pensamento racional e o estabelecimento da ciência unificada por meio da redução lógica da ciência aos termos da experiência imediata foram anunciados" (Sauer, 1996, p. 799-803; cf. também Pasquinelli, 1983, p. 9-22, para uma análise mais detalhada do manifesto vienense).

Com base no empirismo clássico, que deu origem ao positivismo de tradição francesa, em especial às formulações de Comte e Durkheim, os membros do Círculo de Viena admitem que o conhecimento factual resulta da observação e não de proposições a *priori*. Assim, "julgavam insatisfatória a concepção da matemática e da lógica como sistemas de proposições muito gerais, estabelecidas indutivamente a partir de fatos empíricos particulares"

(Schlick-Carnap, 1983, p. X)[2]. Ademais, para eles, era especialmente importante, a idéia de Wittgenstein de que

> "*toda proposição é significativa, fornece alguma informação acerca do estado atual do mundo, na medida em que afirme a ocorrência de certos fatos atômicos e exclua a ocorrência de outros. O valor de verdade de uma proposição deve, pois, poder ser determinado a partir do conhecimento da ocorrência, ou não-ocorrência, dos fatos atômicos envolvidos. Imaginando-se uma linguagem capaz de exprimir cada fato atômico, toda proposição significativa poderia ser reduzida a uma combinação de proposições atômicas mediante funções de verdade, de modo a ficar o valor de verdade da proposição complexa univocamente determinado pelos valores de verdade das proposições atômicas componentes*" (op. cit., p. X).

Dessa concepção resultou o *princípio da verificabilidade*, formulado no âmbito do Círculo, ou seja: o significado de uma proposição está relacionado diretamente aos dados empíricos que resultam de sua observação e que, uma vez existentes, dão veracidade à proposição. Quando isso não ocorre, pode-se concluir que a proposição é falsa. Assim, toda proposição que, a princípio, pode ser

[2] As citações identificadas por: "Vida e Obra" *in* Schlick-Carnap, 1983, p. (algarismo romano), foram extraídas da seção introdutória do volume dedicado àqueles autores na coleção *Os Pensadores*, de 1983, editado pela Abril Cultural. Contudo, as citações de obras dos referidos autores, reproduzidas na coletânea e aqui utilizadas, são feitas segundo as normais usuais, isto é, identificam-se o autor, a data da publicação e a(s) página(s), o que permite a devida identificação da referência na bibliografia apresentada no final deste artigo.

transformada em *enunciados protocolares*, só tem significado se for verificada empiricamente. Da mesma forma, os membros do Círculo de Viena foram levados a defender a idéia de que é possível submeter as proposições matemáticas e lógicas ao princípio empiricista. Entretanto, só a verificação empírica de tais proposições definirá se elas são providas de significado ou não, se são de fato proposições ou pseudoproposições. Isto é, se são apenas formais e desprovidas de significado, vazias de conteúdo, e, portanto, mais uma linguagem do que proposições acerca da realidade. Finalmente, eles estenderam à filosofia a crítica então formulada à metafísica, pois só teria valor científico o que pudesse ser verificado empiricamente (cf. Sauer, *op. cit.*; Hegenberg, 1976.; cf. "Vida e Obra" *in* Schlick-Carnap, *op. cit.*). Assim, percebe-se logo a razão da importância que a lingüística teve para os empiricistas lógicos.

Os princípios acima correspondem sobretudo à fase mais radical do Círculo de Viena, posteriormente abrandada, quando tomou uma feição mais liberal, em especial com Carnap. Ocorre que tais princípios levaram a um impasse com relação, por exemplo, às leis naturais que não podem ser plena e definitivamente verificadas. Para resolvê-lo, Schlick propôs que as leis naturais fossem tomadas não como proposições, mas como regras das quais pudessem ser deduzidas proposições, sendo, então, passíveis de verificação. Mas, essa formulação sofreu resistência de Carnap, que argumentava que, mesmo tais proposições, não poderiam ser submetidas ao "princípio de verificação". Como conseqüência, Carnap deu nova forma ao princípio, concebendo as idéias ou noções de *confirmabilidade* e *testabilidade* a fim de concluir se uma proposição teria significado ou não. De tal forma que, em vez de verificar se determinada proposição tinha comprovação empírica ou não, Carnap passou a defender a

verificação de certo grau de confirmabilidade daquela segundo dados empiricamente observados. Quanto à testabilidade, Carnap estava preocupado em saber em que grau uma proposição poderia ser submetida à confirmação ou não. Em síntese, de seu modelo apreende-se que uma proposição pode ser (I) testável completamente, (IIi) testável apenas parcialmente, (III) confirmada parcialmente ou (IV) confirmada por completo, que corresponderia à verificabilidade da proposição (Carnap, 1983, p. 171-219; cf. também Sauer, *op. cit.*; Hegenberg, *op. cit.*; "Vida e Obra" *in* Schlick-Carnap, *op. cit.* p. X).

Mas a própria identificação de Popper com o Círculo e tais idéias, bem como a natureza dessa relação, é polêmica. Freitag (1986, p. 44), por exemplo, afirma que Popper era originalmente um de seus membros. Entretanto, chama a atenção para o fato de que ele, diferentemente dos positivistas lógicos, não era partidário da identidade entre as ciências sociais e naturais em função da especificidade do objeto de umas e outras. Daí, para Freitag, deriva a sofisticação do positivismo defendido por Popper. Mas, há quem o veja como "o principal herdeiro do positivismo lógico, embora de uma perspectiva bastante crítica. [Pois,] procurando escapar dos impasses gerados pela adoção do princípio de verificação e pela exigência do estabelecimento conclusivo da verdade das proposições fundamentais, Popper formulou [...] uma inversão desse princípio, através de seu *princípio da falsificabilidade*" (Marcondes, 1998, p. 263). Outros autores vão mais além e defendem que Popper pretendeu superar os positivistas ou empiricistas lógicos do Círculo de Viena.

> "*[A filosofia de Popper] derivava dos esforços que ele fazia para distinguir a pseudociência – o marxismo [daí sua crítica ao materialismo histórico ou historicismo de Marx], a astrologia ou a psicologia freudiana – da ciência verdadeira, como a teoria da relatividade de Einstein. A última, decidiu Popper, era testável; fazia previsões sobre o mundo que podiam ser empiricamente checadas. Era o que os positivistas tinham afirmado. Mas Popper negava a afirmação positivista de que os cientistas podem provar uma teoria por indução [como queria, por exemplo, Carnap com sua lógica indutiva] ou por testes empíricos ou observações sucessivas [como outros defendem]. Nunca se sabe se as observações foram suficientes; a observação seguinte pode contradizer tudo o que a precedeu. As observações nunca são capazes de provar uma teoria; só podem provar a sua inverdade ou refutá-la. Popper costumava se vangloriar de ter 'matado' o positivismo lógico com essa argumentação*" (Horgan, 1998, p. 50).

Embora, segundo Horgan, Popper se vangloriasse de ter superado o positivismo lógico com seu princípio da falsificabilidade ou refutabilidade, o fato é que ele chegou a ter uma relação intelectual bem próxima com os membros do Círculo de Viena, e suas primeiras obras foram ali bastante discutidas. Entretanto, isso não o impediu, é verdade, de expressar suas críticas ao positivismo lógico. Giddens (1978, p. 344-349), por exemplo, identifica semelhanças e diferenças entre o positivismo lógico e o "positivismo" popperiano. (Uma explicação: no caso de Popper, uso aqui o termo positivismo entre aspas, sobretudo porque ele não se considerava positivista e seu "princípio da refutação", como detalharei mais adiante, é prova empírica não da verificação da hipótese, ao estilo dos empiricistas lógicos, mas de sua aceitação, ainda que parcial ou momentânea, até que novos testes sejam operados.) Por um lado, Giddens (*op. cit.*, p.

345) resume assim os aspectos que ele identifica em Popper e que o distinguiriam dos pensadores do Círculo:

> "*[1] sua [de Popper] rejeição total da indução e sua rejeição concomitante da certeza 'sensória', [...] manifesta como fenomenalismo ou fisicalismo; [2] sua substituição da verificação pela refutação, com a correspondente ênfase na ousadia e engenhosidade na formulação de hipóteses científicas; [3] sua defesa da tradição que, em conjunto com a operação do espírito crítico, é fundamental para a ciência; e [4] sua substituição da ambição da lógica positivista de colocar um fim na metafísica, revelando-a como um absurdo, com o objetivo de assegurar critérios de demarcação entre ciência e pseudociência.*"

Da mesma forma, Baudouin (1992, p. 30-1) aponta que, além de contestar o "indutivismo" dos positivistas lógicos, adotando o modelo hipotético-dedutivo, Popper insurgiu-se contra "a eliminação da metafísica do processo de conhecimento, reafirmando o papel que esta pode desempenhar na formulação das conjecturas ou na construção das teorias". Assim, para Baudouin, no livro *Lógica da Descoberta Científica*, de 1935, Popper nada mais fez do que replicar as teses centrais dos membros do Círculo de Viena.

Mas, a controvérsia procede na medida em que é possível relacionar semelhanças entre eles. Senão, vejamos. Popper tem a mesma posição dos positivistas lógicos quanto ao fato de o conhecimento científico ser "o mais seguro e fidedigno" que se pode pretender, embora esta não seja uma prerrogativa exclusiva do positivismo. Da mesma forma, ele sempre procurou demarcar claramente os limites entre ciência e pseudociência, e, ao formular o princípio da

refutação, era cioso de que as teorias e constatações científicas podiam ser submetidas à prova empírica, condição necessária para serem refutadas ou não (Giddens, *op. cit.*). Da mesma forma, apesar de divergir em pontos essenciais, Popper e os positivistas lógicos tinham como interesse comum "a preocupação de caracterizar a ciência empírica por oposição a outras construções teóricas, a importância concedida à lógica na construção da metodologia e o valor atribuído à experiência como instância de teste para hipótese ou teorias" (Carvalho, 1994, p. 65). Dessa convergência resultou "um debate fecundo entre eles", pois as críticas de Popper não se apoiavam em "pressupostos incomensuráveis aos do Círculo: era possível o diálogo" (Carvalho, *op. cit., idem*). Diálogos, esses, marcados por afinidades, o que não ocorreu, como se verá, nos "diálogos" de Popper com os membros da Escola de Frankfurt.

1.2 Popper e suas teses sobre "A Lógica das Ciências Sociais"

Sob o título acima, Popper elaborou, a pedido da organização do Congresso de Sociólogos Alemães, um *paper* onde expôs e defendeu suas principais idéias relacionadas sobretudo à epistemologia das ciências sociais na forma de teses enumeradas, visando facilitar a discussão. Esta subseção trata de tais teses. Aqui, o objetivo é, antes de mais nada, dar uma idéia de seu conteúdo geral e destacar aqueles pontos mais relevantes para o debate que se seguiu entre Popper e Adorno.

Popper propõe, logo no início de sua exposição, partir de duas teses, onde ele opõe o conhecimento e o não-conhecimento (a ignorância). Com efeito, afirma ele, "conhecemos muito" (primeira tese), mas "nossa ignorância é sóbria e ilimitada" (segunda), inclusive "no campo das próprias ciências naturais". No entanto, apenas

aparentemente há contradição entre essas duas teses, pois é do desencontro entre tais situações que surge a tensão que impulsiona o conhecimento. Cabe então à lógica do conhecimento discutir tal tensão (terceira e quarta teses) Assim, pode-se dizer que

> "*[...] o conhecimento não começa de percepções ou observações ou de coleção de fatos ou números, porém, começa, mais propriamente, de problemas. Poder-se-ia dizer: não há nenhum conhecimento sem problemas; mas, também, não há nenhum problema sem conhecimento. Mas isto significa que o conhecimento começa da tensão entre conhecimento e ignorância*" (p. 14).

Na tese seguinte, Popper desenvolve a relação entre a importância do problema a ser investigado e a forma (o método) como isso deve ser feito. Assim, para ele, "é o caráter e a qualidade do problema e também, é claro, a audácia e a originalidade da solução sugerida, que determinam o valor ou a ausência do valor de uma empresa científica" (p. 15). Dito isso, e antes de apresentar sua sexta e "principal tese", Popper redimensiona o papel da observação para a produção e aquisição do conhecimento científico (quinta tese). Afirma ele:

> "*[Em todas as ciências] o ponto de partida é sempre um problema [teórico ou prático] e a observação torna-se algo como um ponto de partida somente se revelar um problema. [Mas] o ponto de partida de nosso trabalho científico é não tanto a pura e simples observação, porém, mais adequadamente, uma observação que desempenha um papel particular, isto é, uma observação que cria um problema [de pesquisa]*" (idem).

Ao se referir à sexta tese como a principal, Popper, é evidente, tinha uma razão maior. Nela, como veremos a seguir, ele praticamente resume a lógica que defende não só para a investigação no campo das ciências sociais mas também para as ciências naturais. Trata-se, sem dúvida, de uma clara síntese de seu princípio da refutabilidade, por um lado, e do que o próprio Popper denominava de "racionalismo crítico", por outro. Por esta razão, abaixo a reproduzo na íntegra.

> "*a) O método das ciências sociais, como aquele das ciências naturais, consiste em experimentar possíveis soluções para certos problemas; os problemas com os quais iniciam-se nossas investigações e aqueles que surgem durante a investigação. As soluções são propostas e criticadas. Se uma solução proposta não está aberta a uma crítica pertinente, então é excluída como não científica, embora, talvez, apenas temporariamente.*
> *b) Se a solução tentada está aberta a críticas pertinentes, então tentamos refutá-la; pois toda a crítica consiste em tentativas de refutação.*
> *c) Se uma solução tentada é refutada, através do nosso criticismo, fazemos outra tentativa.*
> *d) Se ela resiste à crítica, aceitamo-la temporariamente; e a aceitamos, acima de tudo, como digna de ser discutida e criticada mais além.*
> *e) Portanto, o método da ciência consiste em tentativas experimentais para resolver nossos problemas por conjecturas que são controladas por severas críticas. É um desenvolvimento crítico consistente do método de 'ensaio e erro'.*
> *f) A assim chamada objetividade da ciência repousa na objetividade do método crítico. Isto*

significa, acima de tudo, que nenhuma teoria está isenta do ataque da crítica; e mais ainda, que o instrumento principal da crítica lógica – a contradição lógica – é objetivo" (p. 15-16).

Como conseqüência da tese anterior, mas sobretudo a partir das demais que se seguem, apreende-se, dentre outras coisas, que o critério para definir o caráter científico de uma teoria está na possibilidade de validá-la, refutá-la e testá-la. Deve-se aceitar, ainda, que todo conhecimento é provisório no sentido em que é uma verdade momentaneamente aceita até que seja operado novo teste, nova tentativa de refutação. Em tal processo, é necessário, entretanto, rejeitar o dogmatismo – consubstanciado, para Popper, principalmente no marxismo e na psicanálise – e o indutivismo.

Contra o indutivismo, particularmente, Popper dedica várias de suas teses para atacá-lo enquanto faz a defesa da adoção do método hipotético-dedutivo. Antes, porém, ele aborda, também em diversas teses, a questão da objetividade e da neutralidade valorativa do conhecimento científico. Em ambos os casos, tais temas estão submetidos à crítica lógica. Quanto à objetividade científica, Popper, além do que afirma em sua sexta tese – particularmente no último tópico –, nega que ela dependa da objetividade do cientista, quer ele se dedique às ciências naturais ou às sociais. Ademais,

"*o que pode ser descrito como objetividade científica é baseado unicamente sobre uma tradição crítica que, a despeito da resistência, freqüentemente torna possível criticar um dogma dominante. [Assim,] a objetividade da ciência não é uma matéria dos cientistas individuais, porém, mais propriamente, o resultado social de sua crítica recíproca, da divisão hostil-amistosa*

de trabalho entre cientistas, ou sua cooperação e também sua competição" (p. 23).

Quanto à questão da valoração, segundo Popper, existem os valores e desvalores puramente científicos e os extra-científicos. Cabe, portanto, ao cientista crítico demarcar claramente quais os valores e desvalores situados em um e em outro campo, impedindo, sobremodo, que aspectos extra-científicos se confundam com as questões de verdade.

Voltando agora à crítica que Popper faz do indutivismo, é relevante ressaltar que, para ele, "a função mais importante da pura lógica dedutiva é a de um sistema de crítica" incompatível com o indutivismo. Mas o que Popper quer dizer ao usar a expressão "lógica dedutiva"? Em suas palavras:

"*A lógica dedutiva é a teoria da validade das deduções lógicas ou da relação de conseqüência lógica. Uma condição necessária e decisiva para a validade de uma conseqüência lógica é a seguinte: se as premissas de uma dedução válida são* verdadeiras, *então a conclusão deve também ser* verdadeira. *[Portanto] a lógica dedutiva é a teoria da transmissão de verdade, das premissas à conclusão*" (p. 26; grifos no original).

Daí, concluir Popper:

"*A lógica dedutiva torna-se a teoria da crítica racional, pois todo criticismo racional toma a forma de uma tentativa de demonstrar que conclusões inaceitáveis podem se derivar da afirmação que estivemos tentando criticar. Se tivermos sucesso em deduzir, logicamente, conclusões inaceitáveis de uma afirmação, então, a afirmação pode ser colocada como digna de ser recusada*" (p. 27).

Já em suas teses finais, Popper, por um lado, mantém o foco sobre o "conceito de verdade", que ele considera indispensável à sua abordagem crítica, e acerca da idéia de explicação causal, que lhe é tão cara, já que "a solução tentada de um problema, isto é, a explicação, consiste sempre numa teoria, em um sistema dedutivo que nos permite explicar o 'explicandum' [aquilo que se quer explicar] relacionando-o a outros fatos (as assim chamadas condições iniciais)". Com tais conceitos lógicos, busca-se, sobretudo, a "aproximação da verdade" e o "poder explicativo de uma teoria". Por outro lado, Popper acrescenta à lógica formal um método, que ele considera necessário às ciências sociais, denominado de "lógica da situação" ou "situacional". Tal método "consiste em analisar suficientemente a situação social dos homens ativos para explicar a ação com ajuda da situação, sem outra ajuda maior da psicologia". Para ele, trata-se de "um *método puramente objetivo* nas ciências sociais, que bem pode ser chamado de método de compreensão *objetiva*, ou de lógica situacional" (p. 31-32; grifos no original). É o próprio Popper que explica:

> "*A compreensão objetiva consiste em considerar que a ação foi objetivamente apropriada à situação. Em outras palavras, a situação é analisada o bastante para que os elementos que parecem, inicialmente, ser psicológicos (como desejos, motivos, lembranças e associações), sejam transformados em elementos da situação. Um homem com determinados desejos, portanto, torna-se um homem cuja situação pode ser caracterizada pelo fato de que persegue certos* alvos *objetivos; e um homem com determinadas lembranças ou associações torna-se um homem cuja situação pode ser caracterizada pelo fato de que é equipado, objetivamente, com outras teorias ou com certas informações*" (ibidem; grifo no original).

Conseqüentemente, ele conclui que o método da lógica situacional é individualista mas não psicológico, e que as explicações que o método propicia são "reconstruções racionais e teóricas" onde o mundo físico, que nos cerca e no qual agimos, é considerado.

Por fim, devo ressaltar que outras questões foram abordadas por Popper em suas teses, mas, no meu entendimento, são as que tratei aqui aquelas que mais chamaram a atenção de Adorno e foram discutidas por ele. Dessa forma, passo, a seguir, a expor alguns aspectos da "teoria crítica", para, na seqüência, referir-me à réplica que Adorno fez às teses de Popper a partir da dialética apregoada pela Escola de Frankfurt.

2. A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e a réplica de Adorno a Popper

Inicialmente, farei algumas considerações acerca da Escola de Frankfurt, seus principais representantes e idéias. Criada em 1923-24, a Escola de Frankfurt só adotou, de fato, tal denominação a partir dos anos 50, quando – com exceção de Walter Benjamin, que havia se suicidado em 1940, na fronteira entre a França e a Espanha, de onde pretendia fugir de perseguição nazista – Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas (este integrando-se ao grupo naqueles anos) reencontram-se na Alemanha, após a derrota de Hitler e seu regime totalitário. Ao lado de Erich Fromm e Franz Neumann, formaram, então, o núcleo principal da Escola. Eram pensadores com origens intelectuais e influências teóricas variadas, que, sob o impacto dos acontecimentos da época (fim da monarquia na Alemanha e constituição da República de Weimar; primeira Guerra Mundial; Revolução Soviética; intensas lutas operárias,

sobretudo na própria Alemanha; ascensão do nazismo etc.), aliados à rejeição teórica e prática que eles dispensavam à determinada versão do marxismo (irradiada a partir da então URSS), procuravam

> "*desenvolver uma teoria crítica do conhecimento e da sociedade inspirados na obra de Marx e em suas raízes hegelianas, relacionando o marxismo com a tradição crítica moderna. O principal aspecto dessa crítica diz respeito à racionalidade técnica e instrumental que teria dominado a sociedade moderna com a Revolução Industrial. Essa racionalidade instrumental acaba por ser incorporada pela doutrina marxista ortodoxa e por correntes filosóficas como o positivismo*" (Marcondes, op. cit., p. 233-234).

Assim, para os frankfurtianos, era preciso rebelar-se contra essa tendência, à época dominante. Ademais, era "necessário desenvolver a razão emancipatória, com base na crítica da dominação e em nome da comunicação e do consenso entre indivíduos racionais e livres" (*idem, ibidem*).

Não parece haver dúvidas, contudo, que a Escola de Frankfurt e seus principais artífices buscaram em Marx "uma inspiração [...] para uma análise da sociedade contemporânea, além de desenvolver o conceito de teoria crítica e de crítica da ideologia em uma perspectiva filosófica e sociológica" (*ibidem*), recusando o papel de meros comentadores ou intérpretes da obra marxiana.

Até 1933, quando a situação ficou insustentável na Alemanha nazista, sobretudo para intelectuais de esquerda e de origem judia, como a maior parte deles, a Escola de Frankfurt funcionou em território alemão, tendo sua sede transferida para Genebra, naquele ano, e

posteriormente para os Estados Unidos (cf. "Vida e Obra" *in* Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno, 1983, p. VII-XIX). [3] Entretanto, sua primeira fase vai até os anos 50, quando Horkheimer e Adorno retornam do exílio (Freitag, *op. cit.*, p. 30). É desse período, a primeira elaboração da teoria crítica, que viria a se opor "a todo pensamento da identidade, da não-contradição, típico da filosofia desde Descartes, denominada pelos frankfurtianos *Teoria Tradicional*. A Teoria Crítica realiza uma incorporação do pensamento de filósofos 'tradicionais', colocando-os em tensão com o mundo presente" (Matos, 1993, p. 12-13; grifos no original). Nesse período, Horkheimer – que assumira a direção da Escola oficialmente em 1930 – "imaginava reorganizar a reflexão filosófica da época, partindo de um patamar abstrato para um nível mais concreto [...]", o que significava a elaboração de uma teoria que incluísse "as contribuições empíricas e históricas da sociologia e da moderna historiografia" (Freitag, *op. cit.*, p. 14-15).

Essa era uma intenção já esboçada por dois autores marxistas bastante influentes à época: Georg Lukács e Karl Korsch. Sob certo ponto de vista – em especial na crítica à ossificação do marxismo –, eles exerceram papel importante para que intelectuais viessem a formar um instituto de estudos sobre o movimento operário e socialista na Alemanha..

De um lado, Lukács criticava o marxismo oficial que transformara o pensamento de Marx "em um dogmatismo positivista, que interpretava a história a partir de uma concepção de ciência naturalista, tornado a *história* análoga à *natureza* bruta, com suas forças mecânicas" (Matos, *op. cit.*, p. 12-17; grifos no original). Para Lukács era necessário recompor a idéia de dialética de Marx, então deturpada pelo estalinismo. Pois, como ressalta Matos,

[3] Às citações indicadas por "Vida e Obra", aplica-se aqui o critério exposto na nota 2 deste artigo.

> "*a dialética é o pensamento da contradição. Uma afirmação é ultrapassada por sua negação, e esta, por sua vez, pela negação da negação, isto é, uma* nova *afirmação. Esse movimento é peculiar: cada momento de dialética e da história ao mesmo tempo ultrapassa o anterior e o conserva [...]. O método dialético de interpretação da história não é o estabelecimento prévio de um caminho a ser seguido, mas uma orientação nas possibilidades revolucionárias de que cada época é portadora*" (p. 14-15; grifo no original).

Matos complementa chamando a atenção para que, segundo Lukács, sem tal conteúdo original, a dialética "estava se perdendo em favor da *fetichização*", responsável pela "petrificação positivista, mescla de marxismo e positivismo. [Assim,] a dialética de sua época não passava de um método positivista, capaz de controlar os acontecimentos históricos postulando a homologia entre natureza e sociedade" (*idem*, p. 15). Já Korsch, alinhando-se a Rosa Luxemburgo, travava inúmeros embates em defesa de maior democracia e autonomia das organizações operárias frente aos partidos. Dessa forma, contestava a simples aplicação do modelo de revolução bolchevique no Ocidente, considerando-o uma experiência histórica e não uma fórmula (*ibidem*, p. 15-17).

Enfim, tanto Lukács quanto Korsch chamavam a atenção para questões fundamentais do marxismo, adotadas posteriormente pelos frankfurtianos em sua teoria crítica.

Feita esta breve introdução, passo a tratar especificamente de *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, de Horkheimer, de 1937, tida quase como um manifesto daquela Escola, e de *Dialética do Esclarecimento*, de Horkheimer e Adorno, publicado 10 anos depois. As duas obras expõem as bases da teoria crítica, enquanto o debate

entre Popper e Adorno corresponde, para Freitag, por exemplo, à fase seguinte da teoria crítica (*op. cit.*, p. 30). Para ela, em *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, Horkheimer já estava preocupado em tematizar "o profundo conflito existente entre dialética e positivismo" (*idem*, p. 37).

2.1 Teoria Crítica e a "nova" lógica das ciências sociais

Esta subseção não tem o objetivo de resenhar essas duas obras, nem sequer trazer à tona os diversos temas abordados em uma e outra, mas ressaltar sobretudo as questões, ali tratadas, que se referem ao debate acerca da lógica das ciências sociais. Ou seja, por um lado, caracterizar melhor a teoria crítica e, por outro lado, possibilitar o contraponto com as teses, já expostas, de Popper acerca do tema, o que vai ser feito mais adiante.

> "*Em primeiro lugar, cabe indagar em que sentido Horkheimer se opõe à teoria tradicional. No sentido usual da pesquisa, teoria equivale a uma sinopse de proposições de um campo especializado, ligadas de tal modo entre si que se poderiam deduzir de algumas dessas teorias todas as demais. Quanto menor for o número dos princípios mais elevados, em relação às conclusões, tanto mais perfeita será a teoria. Sua validade real reside na consonância das proposições deduzidas com os fatos ocorridos. Se, ao contrário, se evidenciam contradições entre a experiência e a teoria, uma ou outra terá que ser revista. Ou a observação falha, ou há algo discrepante nos princípios teóricos. Portanto, no que concerne aos fatos, a teoria permanece sempre hipotética. [...] Esta é, em*

linhas gerais, a representação atualmente difundida da essência da teoria" (1983a, p. 117-118).

Tal representação, para Horkheimer, remonta ao início da filosofia moderna, inaugurada com Descartes, e corresponde à teoria tradicional, segundo seu modelo. Seria, portanto, necessário superá-la, papel que caberia, enfim, à teoria crítica. Esta, como já se disse, estaria filiada a três correntes filosóficas alemãs, ou seja: a kantiana, a hegeliana e a marxiana. Na primeira, estariam estabelecidos "os limites do exercício da razão no conhecimento da natureza: a razão só pode legislar no âmbito do espaço e do tempo; apenas os fenômenos são objetos da ciência; os juízos na ciência pertencem a uma instância lógica – o entendimento, que trabalha com a identidade dos objetos e com conceitos abstratos". Na segunda, há uma crítica a tal forma de pensamento, isto é, "ao princípio da identidade e ao exercício formalizador do entendimento kantiano, considerando que as coisas e os seres históricos e sociais não possuem uma identidade permanente, mas se constituem por sua negação interna. [...] Ao afirmativo e positivo kantianos, Hegel responde com a *dialética*, o pensamento do negativo, da contradição que não separa sujeito e objeto, natureza e cultura". E, por fim, na terceira, a dialética é mantida, porém Marx "a submete a uma transformação radical: no lugar do espírito está a Matéria, as condições reais de produção do *homo economicus* (Matos, *op. cit.*, p. 20-22; grifos no original). E, continua Matos, apesar da adoção de tais bases, em especial a marxiana, os frankfurtianos não levaram "ao pé da letra" a tese de Marx de que "os filósofos já interpretaram o mundo; trata-se, agora, de transformá-lo", mas buscaram separar a reflexão e a formulação teóricas do ativismo bem como dos riscos de ideologização da teoria crítica. Particularmente, não estou bem certo se eles cumpriram suas promessas. Contudo, sei

que este é tema para outro debate.

Aqui, no que nos interessa, é necessário ainda demarcar os limites ou as diferenças entre as teorias tradicional e crítica. Assim, é importante reproduzir dois trechos de *Filosofia e Teoria Crítica*, um pequeno ensaio de Horkheimer, também de 1937, onde ele mais claramente apresenta uma síntese delas. Em suas palavras:

> "*A teoria em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em toda as ciências especializadas, organiza a experiência da vida dentro da sociedade atual. Os sistemas das disciplinas contêm os conhecimentos de tal forma que, sob circunstâncias dadas, são aplicáveis ao maior número possível de ocasiões. A gênese social dos problemas, as situações reais, nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos em sua aplicação, são por ela mesma consideradas exteriores.*
> *[...]*
> *A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não é para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ela. Os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder*" (1983b, p. 155).

Como se vê, nos anos 30, os frankfurtianos – particularmente Horkheimer, mas não só ele – lançavam as